

Este documento apresenta-se como um resumo das Condições Gerais do seguro **Prévoir Renda Júnior** e não dispensa a consulta integral das mesmas.

<b>SEGURADOR</b>	<b>Prévoir-Vie – Groupe Prévoir S.A., Sucursal em Portugal, legalmente autorizada a exercer a actividade seguradora.</b>
<b>SEGMENTO-ALVO</b>	Direccionado essencialmente para pessoas com idades compreendidas entre os 30 anos e os 45 anos.
<b>FINALIDADE</b>	<p><b>O Prévoir Renda Júnior é um seguro de vida individual de tipo temporário.</b></p> <p>O presente contrato tem por finalidade:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>O pagamento de uma <b>Renda Mensal de Educação</b> ao Beneficiário, em consequência de doença ou acidente de que resulte a <b>Morte ou a Invalidez Absoluta e Definitiva (IAD)</b> da Pessoa Segura.</li> <li>O pagamento do <b>Capital Seguro</b> ao Beneficiário, em consequência de doença ou acidente de que resulte a <b>Morte ou a Invalidez Absoluta e Definitiva (IAD)</b> da Pessoa Segura.</li> <li>O pagamento de um <b>Subsídio diário</b> à Pessoa Segura em caso de <b>Incapacidade Temporária Absoluta (ITA) da Pessoa Segura para Assistência ao Beneficiário</b>, exclusivamente em consequência de acidente deste e desde que haja a necessidade do apoio permanente da Pessoa Segura.</li> </ol>
<b>CONDIÇÕES DE SUBSCRIÇÃO</b>	<p>São condições de subscrição do contrato:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Quanto à Pessoa Segura: <ul style="list-style-type: none"> <li>Ter a idade mínima de 18 anos;</li> <li>Ter a idade máxima de 55 anos;</li> <li>Ter residência em território português;</li> <li>Preencher um questionário médico e, se for solicitado, submeter-se a exames médicos e fornecer as informações médicas necessárias. O Segurador entregará previamente informações detalhadas à Pessoa Segura antes da realização desses exames.</li> </ul> </li> <li>Quanto ao Beneficiário: <ul style="list-style-type: none"> <li>Ter a idade máxima de 15 anos e cumulativamente ter a idade máxima de 25 anos no termo do contrato;</li> <li>Ser filho(a) ou dependente da Pessoa Segura;</li> <li>Ter residência em território português.</li> </ul> </li> </ol>
<b>GARANTIAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>MORTE DA PESSOA SEGURA:</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>Em caso de Morte da Pessoa Segura, durante a vigência do contrato, o Segurador efectuará o pagamento do capital seguro de 3.000€ e iniciará o pagamento das rendas mensais de educação ao Beneficiário, conforme indicado nas Condições Particulares da apólice.</li> <li>Em caso de Morte resultante de doença, a garantia é apenas considerada se, entre a data de entrada em vigor do contrato e a data da morte, decorrerem mais de 90 dias.</li> </ol> </li> <li><b>INVALIDEZ ABSOLUTA E DEFINITIVA (IAD):</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>Entende-se por IAD aquela que, em consequência de doença ou acidente e após cura clínica comprovada medicamente, impeça a Pessoa Segura total e definitivamente de exercer qualquer actividade e cumulativamente a obriga a assistência de terceira pessoa para a prática dos actos normais da vida.</li> <li>Ocorrendo a situação de IAD da Pessoa Segura por doença ou por acidente, o Segurador efectuará o pagamento do capital seguro de 3.000€ e iniciará o pagamento das rendas mensais de educação ao Beneficiário, conforme indicado nas Condições Particulares da apólice.</li> <li>Em caso de IAD resultante de doença, a garantia é apenas considerada se, entre a data de entrada em vigor do contrato e a data em que for fixada a IAD, decorrerem mais de 90 dias.</li> <li>A avaliação e fixação da IAD são exclusivamente feitas por recurso às regras e condições da apólice, não sendo passíveis de comparação ou analogia com as decisões de outras entidades, nomeadamente a Segurança Social.</li> <li>O pagamento do capital e das rendas de educação por IAD anula a garantia Morte.</li> </ol> </li> <li><b>INCAPACIDADE TEMPORÁRIA ABSOLUTA (ITA) DA PESSOA SEGURA PARA ASSISTÊNCIA AO BENEFICIÁRIO:</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>Entende-se por ITA, a situação em que a Pessoa Segura fica obrigada a prestar assistência ao Beneficiário caso este se encontre impossibilitado de sair do domicílio ou esteja internado em consequência de</li> </ol> </li> </ol>

	<p>acidente. A impossibilidade terá que ser comprovada por relatório médico e aceite pelo Segurador, mediante parecer do seu médico consultor.</p> <p>b) <b>Esta cobertura garante o pagamento de um subsídio diário</b> no montante definido nas Condições Particulares.</p> <p>c) Esta cobertura só é considerada desde que o acidente do Beneficiário que causou a Incapacidade Temporária Absoluta da Pessoa Segura seja posterior à data de entrada em vigor do contrato, e o subsídio diário só é devido depois de decorridas 48 horas sobre o início dessa incapacidade.</p> <p>d) O subsídio diário será pago no máximo durante 30 dias por anuidade do contrato e por beneficiário.</p> <p>e) Não há lugar a acumulação do subsídio diário no caso de ocorrer mais de um acidente dentro do mesmo período de incapacidade por Beneficiário.</p> <p>4. <b>ÂMBITO TERRITORIAL:</b> Os riscos estão cobertos em qualquer parte do mundo, salvo convenção em contrário constante nas Condições Particulares ou em Acta Adicional.</p>
<b>EXCLUSÕES</b>	<p>1. <b>Exclusão específica da garantia Morte</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– O suicídio da Pessoa Segura não é coberto durante o primeiro ano de subscrição.</li> </ul> <p>2. <b>Exclusões comuns a todas as garantias</b></p> <p>Ficam expressamente excluídas de todas as garantias, não havendo, portanto, lugar a qualquer pagamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– As consequências da tentativa de suicídio por parte da Pessoa Segura;</li> <li>– Os acidentes ou doenças intencionalmente provocados pelo Tomador do Seguro, Pessoa Segura ou Beneficiário;</li> <li>– Os acidentes ocorridos antes da entrada em vigor do contrato;</li> <li>– As doenças de qualquer natureza, existentes antes da entrada em vigor das garantias do contrato, desde que delas a Pessoa Segura tenha conhecimento;</li> <li>– Qualquer acidente ou doença ocorrido durante a estadia da Pessoa Segura, por um período superior a 6 semanas, fora do espaço da União Europeia, da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos da América, do Japão, da Suíça, da Nova Zelândia, excepto se declarado na proposta, ou posteriormente, e previsto nas Condições Particulares ou em Acta Adicional;</li> <li>– Os casos em que seja verificada a existência de álcool no sangue da Pessoa Segura em grau igual ou superior ao que se encontrar definido na lei como permitido para os condutores de veículos automóveis em Portugal;</li> <li>– Os casos em que seja verificado o consumo de drogas ou estupefacientes, não receitados por médicos, ou, tendo-o sido, haja recomendação ou prescrição para não ser praticado o acto ou actividade em que ocorreu o acidente, enquanto perdurasse o efeito;</li> <li>– As consequências dos actos de guerra civil ou com país estrangeiro, motins, rixas e movimentos populares;</li> <li>– As consequências da prática, treino ou ensino de um desporto a título profissional, excepto se declarado na proposta ou posteriormente e previsto nas Condições Particulares ou em Acta Adicional;</li> <li>– As consequências da participação em competições, demonstrações, acrobacias, raides, que utilizem engenhos aéreos assim como a participação em voos de ensaio e voos em protótipos;</li> <li>– As consequências da utilização, com ou sem condução, de um veículo com motor de 2 ou 3 rodas com cilindrada inferior a 125 cm<sup>3</sup>;</li> <li>– As consequências de qualquer acto criminoso ou ilegal em que a Pessoa Segura intervenha;</li> <li>– As hérnias de qualquer natureza, as consequências de esforços e de estafa, as dores lombares e as afecções da coluna;</li> <li>– Transformação ou radiação nuclear causadas pela aceleração artificial das partículas nucleares atómicas.</li> </ul>
<b>RENDAS DE EDUCAÇÃO</b>	<p>1. A Renda mensal de educação é paga desde o momento da Morte ou da fixação da IAD da Pessoa Segura, pelo período de 5, 8 ou 10 anos, conforme ficar definido nas Condições Particulares.</p> <p>2. A renda poderá beneficiar de uma revalorização anual se ficar a constar das Condições Particulares, a partir da data aniversária do pagamento da 1ª renda mensal.</p>

<b>INÍCIO, DURAÇÃO E RENOVAÇÃO DO CONTRATO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sem prejuízo do período de carência, o contrato tem início e produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia indicado nas Condições Particulares.</li> <li>2. O contrato terá uma duração mínima de 10 anos e máxima de 20 anos. Termina aos 70 anos da Pessoa Segura ou aos 25 anos de idade do Beneficiário. Havendo mais do que um Beneficiário, considera-se para o efeito o Beneficiário mais velho.</li> <li>3. Com o pagamento da última renda por Morte ou IAD da Pessoa Segura, o contrato cessa definitivamente e não poderá ter qualquer efeito.</li> </ol>
<b>TERMO DO CONTRATO</b>	<p>O contrato pode cessar pela verificação do momento ou da condição prevista ou ainda por Denúncia, Resolução ou Revogação.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Denúncia</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Desde que respeitados os limites previstos na Lei, a Denúncia corresponde à vontade de qualquer das partes de não prorrogar o contrato celebrado por termo determinado e com prorrogação automática.</li> <li>– A Denúncia efectua-se mediante comunicação prévia e escrita, dirigida à outra parte, ou de qualquer outro meio do qual fique registo duradouro, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data de vencimento anual do contrato.</li> </ul> </li> <li>2. <b>Resolução</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– O contrato de seguro pode ser resolvido por qualquer das partes a todo o tempo, havendo justa causa, nos termos gerais de direito aplicáveis.</li> <li>– O Tomador do Seguro, sendo pessoa singular, pode resolver o contrato sem invocar justa causa, nos 30 dias imediatos à data de recepção da apólice.</li> <li>– Quando o Tomador do Seguro tiver ficado em poder, em suporte duradouro, de todas as informações relevantes do seguro que constam nas Condições Gerais e irão constar nas Condições Particulares, pode igualmente resolver o contrato sem invocação de justa causa, desde que o faça nos 30 dias subsequentes à data da celebração do contrato.</li> <li>– A comunicação da Resolução do contrato deve ser efectuada por escrito ou por outro meio duradouro disponível e acessível ao Segurador.</li> <li>– Sempre que o Tomador do Seguro não coincida com a Pessoa Segura, o Segurador deve avisar a Pessoa Segura da resolução do contrato, no prazo máximo de 20 dias após a Resolução.</li> <li>– A Resolução tem efeito retroactivo ao início do contrato e o Segurador tem direito ao valor do prémio calculado proporcionalmente ao tempo decorrido na medida em que tenha suportado o risco até à data da comunicação da resolução do contrato, despesas efectuadas com o contrato e custos de desinvestimento que comprovadamente tenha suportado.</li> </ul> </li> <li>3. <b>Revogação</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– A Revogação ocorrerá se o Tomador do Seguro e o Segurador, a todo o tempo e por comum acordo, determinarem a cessação do contrato.</li> <li>– Se o Tomador do Seguro não coincidir com a Pessoa Segura, a Revogação depende do consentimento desta.</li> </ul> </li> </ol>
<b>CESSAÇÃO DAS GARANTIAS</b>	<p>A cessação do contrato pela verificação do momento ou da condição prevista ou ainda por denúncia, resolução ou revogação, tem como consequência a cessação de todas as garantias relativamente à Pessoa Segura.</p>
<b>PRÉMIOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O prémio é devido anualmente e será pago antecipadamente em relação a cada período, na respectiva data de vencimento, de uma só vez ou fraccionadamente.</li> <li>2. Os encargos deste contrato, de natureza fiscal, parafiscal ou outros que sejam devidos ficam a cargo do Tomador do Seguro e serão incorporados no prémio total.</li> <li>3. São também da conta do Tomador do Seguro os eventuais encargos de fraccionamento do prémio, desde que constem nas Condições Particulares, o custo da apólice e das actas adicionais.</li> <li>4. A cobrança dos prémios será feita por débito directo ou tesouraria desde que, neste último caso, o pagamento seja efectuado em fraccionamentos trimestrais, semestrais ou anuais.</li> <li>5. Encargos de fraccionamento: Anual: 0%, Semestral: 1%, Trimestral: 2%, Mensal 3%.</li> </ol>

<b>CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE PAGAMENTO DO PRÉMIO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Na falta de pagamento de prémio ou de fracção, nos 10 dias subsequentes ao vencimento, o Segurador enviará ao Tomador do Seguro uma carta registada fixando-lhe um prazo, nunca inferior a 8 dias seguidos, para ser efectuado o pagamento, informando-o das consequências da respectiva falta.</li> <li>2. Decorrido o prazo fixado para pagamento, sem que o prémio se encontre pago, o contrato fica automaticamente resolvido, sem qualquer outra comunicação, deixando de produzir qualquer efeito, sem prejuízo da exigibilidade de prémio correspondente.</li> <li>3. Desde que expressamente aceite pelo Segurador, o contrato de seguro que seja resolvido, pode ser reposto em vigor, desde que o Tomador do Seguro o solicite por escrito, no prazo de 6 meses a contar da data da resolução, que o pedido seja acompanhado de declaração do estado de saúde da Pessoa Segura e que sejam pagos os prémios em falta.</li> </ol>
<b>BENEFICIÁRIOS</b>	<p>É Beneficiário do presente contrato:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Para o Capital seguro e as Rendas mensais de educação em caso de Morte ou IAD: o Beneficiário designado pelo Tomador do Seguro, conforme definido nas Condições Particulares;</li> <li>2. Para o subsídio diário em caso de Incapacidade Temporária Absoluta (ITA) da Pessoa Segura para Assistência ao Beneficiário: a própria Pessoa Segura.</li> </ol>
<b>MORTE DO BENEFICIÁRIO</b>	<p>Em caso de Morte do Beneficiário durante a vigência do contrato, fica estabelecido que:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estando a Pessoa Segura viva: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) O Tomador do Seguro poderá designar outro Beneficiário que substituirá o Beneficiário falecido, mantendo-se o contrato nas condições em que se encontrava.</li> <li>b) Havendo mais do que um Beneficiário, o contrato mantém-se em vigor para o(s) restante(s) Beneficiário(s). Os prémios futuros serão actualizados em função do número de Beneficiário(s).</li> </ol> </li> <li>2. Estando a Pessoa Segura na situação de IAD ou se ela tiver falecido: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) O Segurador procederá ao pagamento de um capital igual ao valor actual das Rendas de educação ainda por pagar, verificando-se, simultânea e consequentemente, a cessação do contrato e a extinção automática de todas as garantias.</li> <li>b) Nas circunstâncias previstas neste número, são beneficiários os herdeiros legais do Beneficiário, em partes iguais.</li> </ol> </li> </ol>
<b>DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O Tomador do Seguro e a Pessoa Segura estão obrigados, antes da celebração do contrato, a declarar com exactidão todas as circunstâncias que conheçam e razoavelmente devam ter por significativas para a apreciação do risco pelo Segurador, ainda que a menção não conste em questionário fornecido pelo Segurador para o efeito, mas de que o Tomador do Seguro ou a Pessoa Segura tenham conhecimento e desde que de razoável avaliação.</li> <li>2. Em caso de incumprimento negligente desta obrigação, o Segurador pode optar pela cessação ou alteração do contrato. Em caso de incumprimento doloso desta obrigação, o Segurador pode declarar a nulidade do contrato.</li> </ol>
<b>OBRIGAÇÕES EM CASO DE SINISTRO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Em caso de sinistro susceptível de poder fazer funcionar as garantias da apólice, o Tomador do Seguro, a Pessoa Segura ou o Beneficiário, conforme o caso, deve comunicar a situação verificada ao Segurador, por escrito, em prazo não superior a 8 dias, fazendo acompanhar essa comunicação dos documentos referidos nas Condições Gerais do contrato.</li> <li>2. Os custos com a obtenção dos documentos referidos no número anterior, ficam a cargo do Tomador do Seguro, da Pessoa Segura ou do Beneficiário, de acordo com as circunstâncias.</li> <li>3. O Segurador reserva-se o direito de confirmar o estado da Pessoa Segura por médico por si contratado e à sua custa, sendo faculdade sua confirmar as circunstâncias e causa das ocorrências, ficando o Segurador autorizado a pedir e confirmar os elementos que entenda necessários para a mais correcta instrução do processo de sinistro, nomeadamente junto de hospitais, centros de saúde e médicos, bem como da Segurança Social.</li> <li>4. A liquidação das importâncias seguras será efectuada nos 30 dias subsequentes ao reconhecimento pelo Segurador de que a elas o Beneficiário tenha direito e desde que o Segurador esteja na posse de todos os documentos necessários à sua regularização.</li> </ol>

<b>REDUÇÃO, RESGATE E PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS</b>	O Prévoir Renda Júnior não confere direito a redução, resgate, nem a participação nos resultados.
<b>REGIME FISCAL</b>	O contrato está sujeito ao regime fiscal respectivo, nomeadamente às normas do CIRS e do CIRC, conforme o caso, e normas do Estatuto dos Benefícios Fiscais aplicáveis.
<b>INFORMAÇÕES E RECLAMAÇÕES</b>	Podem ser apresentadas reclamações no âmbito do presente contrato aos serviços do Segurador identificados no contrato, ao Provedor do cliente ou ainda à ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
<b>LEI APLICÁVEL</b>	O presente contrato rege-se pela lei portuguesa.
<b>SIGILO E PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS</b>	O Segurador, através dos seus representantes, funcionários, agentes ou colaboradores, garante o rigoroso cumprimento da Lei de Protecção dos Dados Pessoais e guarda segredo de todas as informações de que tenha tomado conhecimento no âmbito da celebração ou da execução de um contrato de seguro, ainda que o contrato não se tenha celebrado, seja inválido ou tenha cessado.
<b>AUTORIDADE DE SUPERVISÃO</b>	ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ( <a href="http://www.asf.com.pt">www.asf.com.pt</a> ), com sede na Avenida da República, 76 1600-205 Lisboa, Portugal.